



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 3

out.2021-dez.2021

p. 183-196

Vida vigilante: um ensaio sobre modos de viver sexualidades periféricas

*(Vigilant life:
an essay on ways of living peripheral sexualities)*

*(Vida vigilante:
un ensayo sobre los modos de vivir las sexualidades periféricas)*

Mateus Aparecido de Faria¹

RESUMO: Este ensaio resulta de experiências em pesquisa, eventos e encontros com pessoas da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais identidades. Busco sistematizar uma vida vigilante que tem exemplificado modos de (sobre)vivência desses corpos frente a violências de diversas ordens. As performances de conformação e de transformação, que se alternam nessa vida vigilante, são importantes na compreensão de como é possível viver em contextos de extermínio e isolamento.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+. Heteronormatividade. Paradigma. Performatividade.

Abstract: From research, events, and encounters with lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, queer, intersex, asexual, and other identity communities, this article seeks to systematize a vigilant life that has exemplified ways of living and surviving of these bodies in the face of different types of violence. The alternating performances of conformation and transformation in this vigilant life are important factors for understanding how it is possible to live in contexts of extermination and isolation.

Keywords: LGBTQIA+. Heteronormativity. Paradigm. Performativity.

Resumen: Este ensayo resulta de experiencias en investigación, eventos y encuentros con personas de la comunidad de lesbianas, gays, bisexuales, travestís, transexuales, queer, intersexuales, asexuales y demás identidades. Lo que pretendo es sistematizar una vida vigilante que ha ejemplificado modos de (sobre)vivencia de esos cuerpos frente a diversas violencias. Las actuaciones de conformación y transformación, que se alternan en esta vida vigilante, son importantes para comprender cómo es posible vivir en contextos de exterminio y aislamiento.

Palabras clave: LGBTQIA+. Heteronormatividad. Paradigma. Performatividad.

1 Doutorando em saúde coletiva pelo Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz Minas), técnico-administrativo em educação na Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mateusfaria18@gmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 12/02/2020

Aceito em 05/06/2021

Nos últimos anos a sexualidade tem sido revisitada por diferentes públicos: aqueles que a confundem com relação sexual e querem, a todo custo, afastá-la das “nossas crianças” – usando tal argumento para, na verdade, invisibilizar que atualmente não cabem mais anacronismos; aqueles que a ressignificam a partir dos deslocamentos do instituído; aqueles que a descobrem em espaços que antes a rigidez e a disciplina estavam fortemente atuantes. O que une tais públicos é a urgência em se falar das sexualidades, dos corpos, dos gêneros, pois urgem e despontam em vídeos, manchetes e outros canais comunicativos.

O que buscarei neste ensaio é discorrer pelo corpo. Corpo em relação com outros corpos e a vivência dos corpos em sociedade. Nessas assembleias de corpos (BUTLER, 2018), algo foi construído, chamado vida vigilante (FARIA, 2017, 2018), e aqui objetivo esmiuçar e refletir sobre esse modo de viver. Não pretendo estabelecer universalidades sobre corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais identidades (LGBTQIA+), em uma tentativa indutiva ou dedutiva de fundar estruturas que aprisionem (mais) pessoas cujas sexualidades são centrífugas à monogamia heterossexual (FOUCAULT, 1988) notadamente cis. Buscarei, por meio de um exercício lógico-paradigmático, exemplificar performances dessa vida vigilante. Tecerei considerações sobre paradigmas para ter condições de avançar pelas noções de corpo aqui utilizadas e finalmente construir argumentos que auxiliem no entendimento da vida vigilante, seja para a conformação, seja para a transformação.

Vale-me explicitar um pouco sobre os contornos deste texto. A força de um ensaio não está no rigor metodológico de teses e artigos clássicos, mas sim na capacidade reflexiva de buscar compreender a realidade, ou seja,

O ensaio não requer a comprovação empírica, mesmo que ela possa apresentar-se como elemento de confirmação de pressupostos. Este é reflexão permanente, em que a centralidade da sua força está menos na evidência empírica e mais nos atributos da razão que pensa a realidade. (MENEGETTI, 2011, p. 329)

No entanto, não nego a importância dos elementos empíricos para construção do conhecimento, afinal, são essenciais para esse processo social. Apenas reservo a este ensaio a liberdade necessária para explorar experimentações quanto ao tema, de extrapolar para entender.

1 Os óculos que me ajudaram a caminhar

O que é um paradigma? Com essa questão, Agamben (2019) inicia o primeiro dos três ensaios do *Signatura Rerum*. Fortemente influenciado por Thomas Kuhn e Michel Foucault, Agamben tece suas considerações metodológicas do paradigma que serão utilizadas aqui.



Paradigma é um termo polissêmico e ressignificado a cada uso. Para Kuhn (2018), ele pode ser um conjunto de elementos, como técnicas e valores, aceitos por determinada comunidade científica ou ainda como um elemento desse conjunto, um exemplo, um caso singular que, pela sua iterabilidade, modela comportamentos e práticas de forma tácita. Agamben cita o panóptico de Foucault na direção dessa segunda ideia de paradigma: “um objeto singular que, valendo para todos os outros da mesma classe, define a inteligibilidade do conjunto do qual faz parte e que, ao mesmo tempo, constitui”. (AGAMBEN, 2019, p. 21) Assim é aplicada a analogia como via explicativa e o exemplo como objeto da própria singularidade que, justamente por isso, torna o grupo a que faz parte inteligível. Note que, em alguma medida, suspende-se para ser exemplo, desativando seu uso comum para ser entendido como homogêneo ao conjunto.

Do mesmo modo que constrangemos para transbordar os limites binários homem/não-homem – considerando que a categoria mulher, em uma lógica patriarcal vigente, é o resto e derivado masculino, tanto que sua origem cristã é uma costela do homem –, utilizar o exemplo rompe com outro binarismo: indução/dedução. Sem passar pelo continuum entre o geral e o particular, o paradigma é paradoxalmente do particular para o particular. É na singularidade que reside sua importância e não no que serve a tudo ou a todos, tornando-o indiscernível caso alguém tente capturá-lo por óculos bivalentes. (AGAMBEN, 2019) Perceba que não é possível haver regras em paradigmas – o próprio caso é a regra, sua forma e elemento, porém não pode ser aplicada, pois estaríamos incorrendo ao erro da dedução, nem pode ser enunciada, para não pecar pela indução. A compreensão dos fenômenos focalizados pela pesquisa paradigmática não se dá *a priori*, como se houvesse elementos pré-compreensíveis, mas acontece ao mesmo tempo do fenômeno.

Não buscarei aprofundar a discussão do paradigma aqui, pois alguns trabalhos como os de Favaretto (2013) e Valerio (2015) já a fazem com mais propriedade. Ao discorrer sobre paradigma, pretendo, de fato, situar epistemologicamente a análise que aqui proponho. Longe de esquematizar modos de vida e de viver universais, aplicáveis a todos os corpos cujas sexualidades são periféricas e centrífugas à ilusão cisheteronormativa, intento, por meio das exemplificações, lançar um pouco mais de luz sobre como temos (sobre)vivido.

2 Os corpos pelos quais percorri

“Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder”. (FOUCAULT, 2008, p. 163) Assim esse corpo se tornou modelável, treinável, manipulável por dois fluxos: um anátomo-metafísico, enquanto interesse precípua da Medicina tradicionalista ocidental; e outro técnico-político, que o enxerga como locus de interferências e



correções. Interessa-nos este último, pois foi moldado por regulamentos vários, tornando-se uma miniatura do poder, portanto, dócil. Todavia, não é exclusivo dessa época que o corpo esteja preso em uma teia rígida de normas, limitando-o, obrigando-o a se formar para algo. (FOUCAULT, 2008) Em cada época é realizado um cálculo da manipulação, cujas variáveis são elementos corporais, seus gestos, seus comportamentos, como se fosse colocado sob a régua e o compasso ou, ainda mais atualmente, sob o ecrã e o clique.

Aproveito essa menção às novas tecnologias para afirmar que os atravessamentos normativos sobre o corpo adotam métodos de outras eras, porém utilizando técnicas novas, pois a necessidade dessa política de coerções, de se impor no presente, ocorre pela sua anacronicidade e incoerência interna. O corpo permanece no alvo das relações de poder, para manter algo constituído como normal – por vezes em contraposição ao patológico. Normal entendido menos como a maioria das ocorrências do fenômeno e mais como resultado de disputas e consensos ético-políticos do que é (mais) aceitável para uma determinada época. (CANGUILHEM, 2002) Patologiza-se, assim, desvios de toda ordem: loucura, etnia, sexualidade. A retirada da homossexualidade do Cadastro Internacional de Doenças no fim do século XX é um rompimento a essa patologização, mas que se mantém em outros diagnósticos como o dito incongruência de gênero na infância e na adolescência.

Assim como outras operações de poder, o diagnóstico enquadra o reconhecimento de corpos a partir das lentes da doença – portanto tratável, medicável – ou do normal, permitindo a “vivibilidade” do corpo. As condições desse reconhecimento levam à proteção da vida, já que a vida que pode ser vivida implica em não poder ser lesionada ou violada. (BUTLER, 2009) Tais violências seriam resultado e instrumento de forças a que o corpo está exposto, articuladas sociopoliticamente, unidas a certas exigências de sociabilidade que tornam a subsistência do corpo possível como alimento e ar respirável, o que Butler (2018) chamou posteriormente de condições pré-políticas.

O estar do corpo nesse contexto de forças também implica em sua agência e suas possibilidades de mudanças, transformações, ratificações e conformações em relação a um outro corpo, outra cultura, outro ser. Tal caráter relacional, advindo do entendimento da precariedade da vida (BUTLER, 2009) e da noção de que é impossível constituir-se sujeito sozinho resulta na ideia de performatividade, e aqui parto e extrapolo das suas ligações com gênero para compreendê-la como embasadora da vida vigilante.



3 Performatividade

O conceito-ferramenta gênero tem estado em voga desde a última metade do século passado. Originado das pesquisas sobre participação da mulher na sociedade, relações familiares e diferenças embasadas nos sexos, o gênero aparece enquanto construção cultural, histórica e social pelos trabalhos de Simone de Beauvoir, notadamente na segunda fase do feminismo, em seu livro *O segundo sexo*. (BEAUVOIR, 1980) A partir de então, movimenta-se o debate acerca dos significados do gênero e como a sociedade estrutura-o. Rubin (1993) acrescenta que os povos transformam a sexualidade, anteriormente delimitada pela natureza, em artefatos para as atividades humanas, evidenciando certa alternância entre cultural e natural. Tais atividades são regidas por uma ordem que torna orgânico o masculino (ORTNER, 1979) – ideia rechaçada por Joan Scott (1995), que defendeu o uso do termo gênero em lugar do sexo, no sentido de ampliar a compreensão das relações de parentesco, históricas e sociais. Seu posicionamento epistemológico rejeitava que características morfofisiológicas pudessem, sozinhas, definir sexualmente o ser humano. É nessa esteira de mulheres cientistas que Judith Butler desponta com sua tese acerca da performatividade de gênero.

A partir de Deleuze, Hegel, Kristeva, Sartre, da própria Beauvoir e outras autoras, Butler constrói seus argumentos em oposição a binarismos e essencialismos sobre o sistema sexo-gênero, com vistas a colocar em destaque o ser feminino e o ser masculino, refletindo para além da existência corpórea. Assim o gênero deixa de ser algo que somos e se torna algo que fazemos e desfazemos. (SALIH, 2012) Será por meio de discursos que o aparecimento do corpo provocará ações circunscritas em esferas normativas que definem se é menina ou menino, se é azul ou rosa, se é Maria Eduarda ou Enzo Gabriel². A produção dos corpos inteligíveis acontece por meio de práticas discursivas, assim como é por meio delas mesmas que negamos a cisheteronormatividade, que rejeitamos armários e que vamos para as ruas: tudo é na linguagem e pela linguagem, ao contrário estaríamos fora de um campo inteligível de forças, então inócuo ético-politicamente. Portanto,

o gênero passa a ser uma performance do que aparenta ser, não havendo um por trás desta performance, e nem das próprias identidades de gênero. As identidades são construídas performativamente por seus atos e gestos atribuídos como sua consequência. (BATISTA, 2007, p. 84)

Cabe aqui diferenciar performance de performatividade a fim de evitarmos confusões na utilização de tais conceitos. A afirmação de que o corpo é efeito discursivo e que por meio de

2 Esses nomes foram os nomes “mais populares entre as meninas” ou “entre os meninos” no ano de 2018. (CONHEÇA..., 2018) Não é de hoje que compreendemos melhor as operações discursivas empreendidas por veículos midiáticos para a produção de outras normatividades sobre a sexualidade, principalmente quando o feminino está no alvo. (CORTEZ, 2010; GOMES; GARCIA, 2018)



atos que se repetem incessantemente o gênero é constituído está ligada ao conceito de performance, pois está localizada micropoliticamente no público. (FARIA, 2018) Tal performance é limitada, potencializada e possibilitada pela performatividade – um conjunto de processos globais de ordem linguística e semiótica que atravessam as práticas sociais. (BORBA, 2014; BUTLER, 2011; FARIA, 2018)

A performatividade, então, é um conceito interessante para refletirmos sobre os corpos em sociedade, pois parte da premissa de que é nas relações que nos montamos³, não como se usássemos uma *prósopon* que cobrisse o “verdadeiro ser” – somos quem performamos ser, estando desde sempre na interação cotidiana, como uma fantasia eterna, resultado dos dissensos normativos que nos interpolam desde antes mesmo do nascimento físico. (BUTLER, 2018; FARIA, 2018) A repetição performativa é o que torna algo “natural” ou “real”, até parecer uma substância homogênea, levando à ilusão de que o fazer está na essência do sujeito, localizado antes da ação propriamente dita. (BUTLER, 2003) Performatividade, portanto, é um processo global de (des)construção de gêneros, em que performances são potencializadas, limitadas e possibilitadas. Sua constituição é repleta de fissuras e descontinuidades, além de constrangimentos discursivo-linguísticos. (BORBA, 2014)

A performatividade é particularmente útil para compreensão da vida vigilante, pois exemplifica a não anterioridade desse modo de viver dos corpos LGBTQIA+. É no fazer/estar na/em sociedade que a vigilância permeia suas condições de existência, seja para mantê-las intactas, seja para produzi-las.

4 A vida vigilante

Eventos, entrevistas e ações coletivas com e para a comunidade LGBTQIA+ recorrentemente denunciam a cisheteronormatividade como um conjunto de discursos e práticas que visam a eliminação das diversidades humanas em nome de uma pretensa estabilidade social. Há, então, um modo de vida padronizado, parametrizado, com o qual as diversidades humanas são comparadas e julgadas. Tem-se como referência a norma de outrem: uma heteronorma, podendo ser entendida como um

3 Montar é um termo da cultura drag que é usado para nomear as atividades necessárias para a construção da performance como roupas, calçados, maquiagem, peruca etc. Tais elementos são sobrepostas ao corpo da pessoa artista de modo a caracterizá-la e identificá-la. Ao dizer que nos montamos, é no sentido semelhante quando vemos uma drag performar: não há separação entre a artista e a personagem, pois naquele momento ela se faz drag, simbioticamente, sendo impossível discernir quando ou se o sujeito termina para algo artístico começar. Como dito em uma música da drag queen RuPaul: “we’re all born naked and the rest is drag”, que em tradução livre significa “todos/as nascemos nus/nuas, o resto é drag”.



conjunto de valores e imagens que visam formatar os discursos e as práticas, aludindo a um ideal de, no caso de gêneros e sexualidades, homem cis heterossexual branco e abastado. Esse corpo ideal, de fato, não existe devido à diversidade humana e, portanto, quem pretende alcançá-lo estará senão parodiando-o, ou seja, performatizando cópias grosseiras de algo inumano. (FARIA, 2018, p. 107)

Logo essa imposição generalizada é instituída como parâmetro de corpos, focaliza no que é ser homem, ou melhor, no que deve ser e no que não-deve ser. A mulher está colocada em uma posição satélite, que orbita em volta da centralidade masculina e de seus desejos. Assim o que não é “próprio” de homem, é do universo feminino, sendo julgado como de menor legitimidade de existência. Esse fazer homem é hegemônico há muito tempo na história das civilizações (STEARNS, 2007) e isso contribui para sua naturalização e cristalização, levando algumas instituições e pessoas a acreditarem na sua essencialidade ontológica. Justamente pela iterabilidade performática, a heteronorma parece naturalmente única possível. Porém toda hegemonia é provisória (BUTLER, 2015) e sua manutenção depende, necessariamente, da disputa discursiva com outros modos de estar e viver. A constante luta atravessa os corpos envolvidos, pois ao mesmo tempo são interpelados e agem pelas rupturas ou reproduções das normas.

Os sujeitos LGBTQIA+ não poderiam se furtar desse cenário, pois, como dito anteriormente, a produção de seus corpos acontece em um limiar possível e inteligível, constrangidos, portanto, por alguma norma, geralmente, a heteronorma. Não quero dizer que sua subjetivação é autônoma, porém a norma de outrem também não pode ser a única construída nas relações, muito menos imposta aos corpos envolvidos. Sendo assim, aparece o estado permanente de vigilância, em que todo território é inimigo. Como a heteronorma atravessa espaços sociais, ela pode aparecer naqueles pretensamente amigáveis como bares temáticos, paradas do orgulho e demais momentos em que pessoas se relacionam para confirmar sua manutenção no presente, ainda que carreguem em si aspectos anacrônicos. E as violências são várias e bastante conhecidas: lâmpadas na cara, chutes, empalamentos, expulsões, isolamentos. Aqui elas funcionam como resultado das relações abusivas em que algo deseja impor suas normas sobre corpos diversos; e como instrumento do *ethos*, trabalhando para a (re)produção de si mesmo. (BUTLER, 2015; FARIA, 2018)

É óbvio que a gente não deita⁴. A multiplicidade das formas violentas é correspondente à variedade de armas e estratégias para (r)existir nesse cenário: a própria existência de corpos dissidentes da cisheteronormatividade, com suas não linearidades que desestabilizam ordens e

4 “Não vou deitar” e suas variações são compartilhadas pela comunidade LGBTQIA+ para indicar a não aceitação sobre determinadas situações, relações e contextos.



reinventam o corpo é uma delas. A agência das pessoas LGBTQIA+ está materializada nos adereços, nos movimentos sociais, na roupa, ou seja, nos corpos que, ainda que isolados, representam categorias e marcadores de si. (BUTLER, 2018) São exemplificações da comunidade, sendo, concomitantemente, um elemento e uma forma do conjunto pertencente. (AGAMBEN, 2019)

Nesse cenário de contradições, a vida vigilante constitui modos de viver coletiva e socialmente, nascida da resistência a esse *ethos* violento e anacrônico. Seu conjunto de práticas perfaz certa focalização sobre si mesmo e como o sujeito se percebe em cenas enunciativas com outros sujeitos. A liberdade de ser/estar o que se pretende ser ou estar conjuga tanto atos de reconhecimento das subjetividades outras que não a hegemônica, como também a percepção de que a continuidade das resistências necessita de momentos de subjugação. Assim, há uma agência que está inserida em performances, efetuadas em relação às violências, podendo ser de conformação ou de transformação.

5 Performances de conformação

Pesquisas apontam o que é vivenciado há muito tempo por pessoas LGBTQIA+: a cada 20 horas, essa comunidade perde um membro por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, sendo mais grave para pessoas trans. (BRASIL, 2018; GGB, 2019) Por falta de mecanismos metodologicamente mais efetivos, essas informações são subestimadas, pois dependem de manifestação de veículos midiáticos ou de movimentos sociais.

Ainda que não apareçam no público maior e não sejam reunidas estatisticamente, as violências permanecem e a vida vigilante é acionada para que tais corpos sobrevivam. Em determinados momentos não é possível enfrentar de peito aberto, pois acarretaria seu extermínio. Não são raros relatos de pessoas que performatizam contra o instituído ilusório no momento em que estão com suas companheiras, como em um beijo ou no juntar das mãos de duas mulheres, e um homem cisheterossexual (pelo menos assim performatizado) as agride verbalmente, relegando ao seu pênis a “salvação” ou “cura” para aquelas mulheres. Nessa lógica discursiva, uma relação sexual com o “macho” funcionaria como regulador das interações entre mulheres, ajustando-as à norma dele – e dele entende-se: da hegemonia cisheteronormativa que ele representa e pela qual é representado. Essa cena pode ter outros elementos que favoreçam o agressor, como uma rua vazia, um grupo que o apoia ou a percepção de força física superior aos corpos agredidos. Então uma das formas de sobreviver é abaixar a cabeça e ir embora. (FARIA, 2018)



A aparente resignação à norma precisa ser compreendida como uma performance de resistência, mesmo que de conformação. Chamo assim, pois o corpo LGBTQIA+ toma a forma de um outro que o interpela, no sentido de adequar-se ao padrão hegemônico daquela situação de violência. Se por um lado a cena violenta segue sem rupturas, pois o objetivo de naturalizar e eliminar quaisquer formas de evidenciar a contradição daquele *ethos* em parte é alcançado, já que o corpo é limitado em sua potência, por outro ele permanece existindo em um plano discursivo inteligível, por conta de sua materialidade – ele vive. Considerando que um corpo isolado não está sozinho, ele carrega o que ele representa (BUTLER, 2018) e por isso é atacado, sua sobrevivência é essencial nesse processo. A vida prevalece em meio à tormenta das nossas mortes.

Longe de ser uma estratégia de adaptação ao meio, uma vez que essa prática discursiva não cabe aqui, a performance de conformação não é perene, estável, permanente. Por isso é performance, inserida em uma performatividade chamada vida vigilante. Saleiro (2017) traz à tona vivências na infância de pessoas trans que exemplificam tais performances: desde cedo essas pessoas “aprendem” a agir em função da incompreensão de outrem e geralmente o fazem sem reconhecimento desse processo. O fato de não existir uma comunidade ou, no mínimo, pessoas que ajam para além de binarismos de gênero, leva a relações violentas embasadas em uma norma ilusória de um corpo útil, perfeito e parametrizado. Ainda que, nos últimos anos, no Brasil, tenha havido o reconhecimento de pessoas trans em espaços de formação de sujeitos como a escola, o sistema de saúde e a mídia, as condições de emergência desse corpo trans como algo que pode ser vivenciado por crianças estão pouco coesas. Há fluxos de poder que reiteram o “perigo” de deixar que alguém “escolha seu gênero”, ficando pior quando estamos falando de “menores de idade”, presunçosamente considerados incapazes de escolha ou desejo.

Outro exemplo é a fuga de defensoras e defensores de direitos humanos do Brasil após o golpe parlamentar-judicial de 2016 e a ascensão de um governo conservador necropolítico. (BRAZ, 2017; CARINO, 2019; DINIZ) Nomes como Débora Diniz, Jean Willys e Rosana Pinheiro Machado são exemplos de vozes dissonantes a grupos hegemônicos que buscam normalizar seus interesses. Para isso, necessitam governar sobre corpos para a manutenção de sua produção cultural e as denúncias de ataque aos direitos humanos objetiva desestabilizá-los. Importante também salientar que há defensoras/es que não podem sair do país, geralmente por questões de ordem financeira, sobrando a resistência e a esperança para não acordarem mortas/os. Permanecendo ou se exilando, existe aí uma performance de conformação, pois convergem para o discurso violento, que os/as expulsaram ou buscam expulsar do território brasileiro, interditando suas atividades institucionais, seja nas universidades ou no Congresso



Nacional, e ao mesmo tempo publicam, palestram, denunciam e verbalizam – ainda que com restrições – as necessárias práticas para a superação e enfrentamento a essas mesmas violências. O corpo resiste ao existir.

6 Performances de transformação

Pensar em transformação é agir pela quebra de paradigmas. Aqui é importante definir tal conceito, tão caro a este ensaio, pois essa ruptura acontece no conjunto de saberes, discursos e práticas aceitos e reconhecidos por uma comunidade. Assim um paradigma (enquanto forma-elemento do conjunto) pode desconstruir o paradigma (enquanto algo compartilhado socialmente).

Em uma vida vigilante, as performances de transformação aparecem quando as sexualidades periféricas negam sua marginalidade e descentralizam a ilusão cisheteronormativa por meio das paradas do orgulho LGBTQIA+, do vestuário não linearmente construído com gêneros, das gírias e produtos midiáticos, do posicionamento político no público. Dar pinta, a lacração e o close são performances corporificadas por sujeitos que concatenam atos inteligíveis, principalmente pela comunidade, e que os executam de modo completo.

A concatenação de atos inteligíveis é requisitada na performance de transformação tanto pela regulação performativa imposta pela linguagem, quanto pela necessidade lógica da cena discursiva. Ao pensarmos, como exemplo, a presença de personagens LGBTQIA+ em produções audiovisuais antes invisibilizadoras das relações não cisheteronormativas, só conseguimos entender sua presença se for contextualizada à narrativa do filme ou da novela, se houver sentido para a trama e se a personagem for reconhecida como tal. A sequência apropriada dos atos e a ligação coerente entre si é que confere a inteligibilidade necessária para apreensão.

Por fim, a execução completa dos atos coaduna-se ao elemento do parágrafo anterior, pois aqueles atos concatenados precisam acontecer de modo a explicitar o alcance de seu objetivo. Não será possível existir a performance se a sequência, ainda que ligada coerentemente, não for concluída. É como se uma oração com verbo transitivo direto terminasse antes do objeto – ela perde o sentido.

Ainda sobre as performances de transformação, diferente das conformativas, aqui o embate direto, seja sutil ou gritante, é um modo de viver atentamente às naturalizações de normas. A criticidade está ancorada na ação transformadora, que nega e propõe outras formas. A legitimidade das diversidades é amplificada para que haja o reconhecimento dessas vidas.

A transformação das ruas, avenidas e praças com as paradas do orgulho LGBTQIA+ exemplifica tais performances, pois coloca no público algo que há anos tenta-se estabelecer sob



uma forma e resguardar em um espaço íntimo que, de fato, é usado para empurrar assuntos que desestabilizam a frágil naturalização da própria norma. Levantar as bandeiras coloridas é afirmar que o corpo que ali passa almeja reconhecimento da existência, logo da proteção e da impossibilidade de ser violado. Outras vezes a performance de transformação é menos extensa, porém de igual potência, como a utilização de linguagem neutra.

A neutralidade da linguagem é, aqui, diferenciada da neutralidade do discurso, uma vez que este é inalcançável, considerando o discurso como resultante da intertextualidade manifesta ou constitutiva. (FAIRCLOUGH, 2008) Já o primeiro é possível a partir da negação da obrigatoriedade de optar entre uma palavra designada como masculina ou feminina, ou pior: para determinar o masculino como indicador geral do mundo. O binarismo é ignorado para que a linguagem, quando for tratar de pessoas, seja utilizada para caracterizar a diversidade humana. Já sabemos que sua utilização melhora a percepção sobre pessoas com sexualidades periféricas. (TAVITS; PÉREZ, 2019) Sendo assim, em uma conversa de boteco ou em um ensaio como este, o uso de termos sem gênero ou de substantivos que qualifiquem coletividades sem ter que eliminar da superfície uma parte delas já expressa o cuidado em criticar velhas práticas e construir atos que sejam coerentes com as especificidades dessa era. Expressões como “as pessoas” no lugar de “eles”, “docentes” em vez de “os professores”, entre várias outras, viabilizam uma fluidez de leitura, mesmo com softwares leitores, que geralmente é maior do que a troca das desinências nominais de gênero por “x” ou “@” A utilização da desinência “e” para indicar neutralidade como na frase “Você é ‘bonite’” ao invés de “bonito” ou “bonita” também tem ganhado espaço nessas rupturas do estabelecido.

7 Considerações finais

Neste ensaio procurei abordar o que é essa vida vigilante que pessoas LGBTQIA+ tem performado. Conjuntamente com as performances de conformação e transformação, esse modo de vida e de viver é possível, considerando o cenário violento a que somos expostas permanentemente.

Distante de serem ordenadas a partir de algum indicador estático, as performances são interrompidas o tempo todo uma pela outra, em um movimento semelhante aos esquemas normativos a que os corpos são expostos e atravessados. (BUTLER, 2009) No entanto as performatividades de uma vida vigilante não podem ser da ordem da norma, pois implicaria em uma homogeneidade que não condiz com o cotidiano de pessoas LGBTQIA+.

Se “nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história” (MINAYO, 2006, p. 15), é possível considerar



que a vida vigilante não é algo que cessa de acontecer. A vigilância permanece enquanto o perigo existir e suas câmeras estarão apontadas mais para dentro (pelas performances de conformação) ou para fora (pelas performances de transformação), indicando onde está o perigo. (FARIA, 2017) No entanto uma vida possível de ser vivida não pode ser exclusivamente de guerra – as paradas do orgulho LGBTQIA+, inclusive, mostram que estar em contextos violentos não é viver em função de tal. Justamente por essa intermitência entre as performances é que corpos constroem uma vida vigilante sim, porém não exclusivamente vigiada. A experiência compartilhada na comunidade é o que prepara seus membros para a vida em sociedades mais ou menos violentas.

Por aqui encerro, com a inspiração de Canguilhem (2002) e Cecílio (2011), ensinando que

estar sadio é a capacidade de, diante das adversidades da vida, produzir novas normatividades, novos modos de viver, utilizando-se da ideia de que a Vida é permanentemente (re)instauradora de normas. Enquanto estivermos vivos, estaremos em produção, fazendo escolhas, produzindo nosso modo de viver. (p. 589)

Referências

AGAMBEN, G. *Signatura rerum: sobre o método*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATISTA, K. C. C. *Judith Butler, a performance e a psicanálise: um estudo epistemológico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 43, p. 441-474, 2014.

BRASIL. *Violência LGBTQIólicas no Brasil: dados da violência*. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 128, p. 85-103, 2017.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 2011.



BUTLER, J. *Frames of war: when is life grievable?* New York: Verso, 2009.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CECILIO, L. C. O. Apontamentos teórico-conceituais sobre processos avaliativos considerando as múltiplas dimensões da gestão do cuidado em saúde. *Interface*, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 589-599, 2011.

CONHEÇA os nomes mais populares de 2018. *Crescer*, Rio de Janeiro, 30 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3jTFMIc>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CORTEZ, A. F. L. *O discurso da revista Crescer na normatização da sexualidade feminina na gravidez.* 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DINIZ, D.; CARINO, G. A necropolítica como regime de governo. *El País*, Madrid, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nN11fQ>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social.* Brasília, DF: UnB, 2008.

FARIA, M. A. *A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento desenvolvidas contra a violência pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.* 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2018.

FARIA, M. A. Vida vigilante. *Boletim UFMG*, Belo Horizonte, n. 1983, p. 2, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3jZ1bzz>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FAVARETTO, C. M. R. O futuro anterior: Giorgio Agamben e o método paradigmático. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 109-125, 2013.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir.* Rio de Janeiro: Vozes, 2008.



GOMES, M. C. A.; GARCIA, C. D. De mulher para mulher: uma análise discursivo-crítica da representação da identidade de Marisa Letícia em post publicitário das lojas Marisa. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 2, p. 107-119, 2018.

GGB. *Mortes violentas de LGBT no Brasil: relatório 2018*. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZI3Gzx>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura? In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (coord.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SALEIRO, S. P. Diversidade de gênero na infância e na educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero. *Ex Aequo*, Lisboa, v. 36, p. 149-165, 2017.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STEARNS, P. N. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2007.

TAVITS, M.; PÉREZ, E. O. Language influences mass opinion toward gender and LGBT equality. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 116, n. 34, p. 16781-16786, 2019.

VALERIO, R. G. Sobre o paradigma: apropriações metodológicas foucaultianas feitas por Giorgio Agamben. *Contemplanção*, Passo Fundo, v. 12, p. 19-37, 2015.

